

FORA DA CAVERNA: O NECROCAPITALISMO EXPOSTO PELA COVID-19

OUTSIDE THE CAVE: NECROCAPITALISM EXPOSED BY COVID-19

Danielle Massulo Bordignon

Clara Beatriz da Costa Söhngen^{1}*

RESUMO

Este trabalho propõe-se a estudar o necrocapitalismo a partir da noção de violência objetiva do capitalismo e da obra literária “A Caverna”, de José Saramago. Com base nos ensinamentos de Slavoj Žižek, James Tyner e Achille Mbembe, o artigo analisa em que medida o capitalismo cria e exclui os sujeitos redundantes, condenando-os, muitas vezes, à morte física de forma indireta. O exemplo da Covid-19 é utilizado a fim de argumentar que o sistema de saúde é uma dessas formas de eliminar a população redundante, uma vez que há uma seleção entre quem vive e quem morre. A obra de Saramago é estudada como uma alegoria dessa forma de violência moderna e que as conclusões do protagonista ao fim do romance podem ser um ponto de partida para a solução do sistema capitalista.

Palavras-chave: Violência objetiva. Necropolítica. Necrocapitalismo. José Saramago. A Caverna.

ABSTRACT

This article aims to study necrocapitalism from the perspective of the objective violence of capitalism and the novel *The Cave*, by José Saramago. Based on the teaching of Slavoj Žižek, James Tyner and Achille Mbembe, the article analyzes to what extent capitalism creates and excludes redundant subjects, often condemning them to physical death indirectly. The example of Covid-19 is used to argue that the healthcare system is one of these ways of eliminating the redundant population, since there is a selection of who lives and who dies. Saramago's novel is studied as an allegory of this form of modern violence and the conclusions the protagonist reaches at its end can be a starting point for the solution of the capitalism system.

Keywords: Objective violence; Necropolitics; Necrocapitalism; José Saramago; The Cave.

1 * DANIELLE MASSULO BORDIGNON é graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e mestranda em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

CLARICE BEATRIZ DA COSTA SÖHNGEN é doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Professora Titular da PUC-RS. Tem experiência nas áreas de Direito e Letras atuando entre outros nos seguintes temas: Direito e Linguagem, Violência, Democracia. Membro da comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio Grande do Sul.



A revista *Metamorfoses* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

José Saramago nunca escondeu sua ideologia. O autor português nasceu em 1922 e ao longo de sua vida não fugiu de polêmicas, as mais conhecidas tendo a ver com comunismo e ateísmo. Contudo, apontava que seu objetivo não era fazer política panfletária com suas obras, ainda que reconhecesse que sua visão de mundo estaria refletida nos seus trabalhos (AGUILERA, 2010).

Em *A Caverna*, romance publicado em 2000, Saramago põe em pauta um debate sobre a questão do consumo na atualidade. A obra conta a história de Cipriano Algor, de sua filha, Marta, do seu genro, Marçal, e do cachorro, Achado. Cipriano é oleiro e vende sua mercadoria ao Centro, um grande centro comercial que supre todas as necessidades de uma pessoa, da habitação, passando pelo trabalho, até o lazer. Porém, em dado momento, Cipriano é informado de que o Centro deixará de comprar suas peças de cerâmica, uma vez que os consumidores passaram a preferir os modelos de plástico.

O espaço e o tempo não são bem delimitados e a realidade ali apresentada é tão verossímil para os anos 1980 quanto para 2020, do Portugal europeu ao Brasil latino-americano. Estamos diante de uma história de trabalhadores em um sistema capitalista, de forma que as barreiras territoriais e os limites temporais ficam embaçados. O capitalismo estudado por Karl Marx, no século XIX, não permanece exatamente o mesmo até os dias atuais, mas seu elemento essencial, qual seja, a exploração do trabalho, persiste em nossos tempos. Dessa forma, a história de Cipriano se transporta à crise que vivemos, que foi apenas acentuada pela pandemia da Covid-19.

Buscaremos refletir sobre o fato de o sistema capitalista representar uma forma de violência objetiva sobretudo contra a população mais pobre, a redundante. A seguir, analisaremos a necropolítica adotada pelos que detêm o poder para, por fim, traçar o paralelo com a situação vivida atualmente em razão da pandemia da Covid-19. Nosso objetivo será verificar em que medida a gestão da saúde pública viabiliza o necrocapitalismo e a eliminação dos sujeitos entendidos como redundantes ao sistema.

A violência do capitalismo

Com frequência, vemos o fenômeno da violência sendo tratado apenas como atos físicos e psicológicos praticados por uma pessoa em relação a outra. Imaginamos um ladrão, um estuprador, um homicida, e são sempre pessoas. Contudo, esta é somente uma das diversas formas de violência. Trata-se da violência subjetiva, segundo Slavoj Žižek (2014), ou violência direta, pelo conceito de Johan Galtung (1969). A violência que buscaremos explorar, no entanto, é de outro escalão e está baseada em um sistema, cujo autor não é identificável em uma pessoa, mas em uma estrutura.

Žižek trabalha com o conceito de violência objetiva, que seria “inerente a esse estado ‘normal’ de coisas [...] uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento” (ŽIŽEK, 2014, p. 18). Dentro desta normalidade estaria a violência sistêmica. Observamos, porém, que, com frequência, os conceitos de violência sistêmica, estrutural e institucional se confundem, ainda que não se trate de noções absolutamente idênticas.

A violência sistêmica, para o pensador esloveno, seria “própria às condições sociais do capitalismo global, que implica a criação ‘automática’ de indivíduos excluídos e dispensáveis (dos sem-teto aos desempregados)” (ŽIŽEK, 2014, p. 26). Isso ocorre pois, no capitalismo, a troca de dinheiro por força de trabalho humano em vez de mercadorias, faz com que as pessoas assumam o lugar de “coisas”:

All forms of capitalist violence are direct or indirect consequences of the structure that makes labor power a commodity and, consequently, a “thing”, thus conferring on the worker himself the contradictory status of a “subject” that is its own “object” (before becoming that of others), the ‘owner’, as a legal person, of his body, its physical and intellectual capacities, which can be transferred [*aliéné*] to capital. ²(BALIBAR, 2015, p. 84)

Trata-se de uma decorrência do conceito de capitalismo de Karl Marx, para quem o capitalismo seria um modo de produção:

Assim, o capitalismo não era apenas um sistema de produção para o mercado – um sistema de produção de mercadorias, como Marx o denominou – mas um sistema sob o qual a própria força de trabalho “se tornara uma mercadoria” e era comprada e vendida no mercado como qualquer outro objeto de produção em mãos de uma classe, que consistia apenas numa pequena parte da sociedade, e o aparecimento consequente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua força de trabalho era a única fonte de subsistência. (DOBB, 1983, p. 7)

Embora no romance de José Saramago Cipriano seja um produtor, está longe de ser um capitalista, uma vez que fornece suas peças exclusivamente para o Centro, que então as comercializa para os consumidores finais. Por não estar empregado nem ser independente do Centro, seu vínculo se assemelha mais ao que é chamado de “precariado” (SINGER, 1999). Charles Masquelier aponta duas definições para precariado, uma objetiva e outra subjetiva:

² “Todas as formas de violência capitalista são consequências diretas ou indiretas da estrutura que torna a força de trabalho uma mercadoria e, conseqüentemente, uma ‘coisa’, assim conferindo no próprio trabalhador o status contraditório de um ‘sujeito’, que é seu próprio “objeto” (antes de sê-lo de outros), o ‘proprietário’, como uma pessoa jurídica, de seu corpo, suas capacidades físicas e intelectuais, que podem ser transferidas [*aliénées*] para o capital”. (Tradução nossa)

On the one hand, the term denotes a condition induced by economic transformations such as the introduction of ‘flatter, leaner, more decentralized and more flexible forms of organization’ (Jessop 2002, 100) and reduction of a range of safety nets such as welfare provisions and labour rights, by the neoliberal state (Standing 2011). On the other, precarity is said to capture a range of experiences engendered by those measures. These include such phenomena as the lack of a ‘secure identity or sense of development achieved through work and lifestyle’ (Standing 2011, 16), combined with the sense that existing conditions ‘threaten life in ways that appear to be outside of one’s control’ (Butler 2009, i).³ (MASQUELIER, 2019, p. 135-136).

Cipriano vivencia as duas experiências. Ele faz parte do precariado, pois seu vínculo com o Centro é, como o conceito diz, precário, mas também por enfrentar uma crise de identidade ao ter esse vínculo posto em risco (HALL, 2006). Em diversos momentos, há a comparação entre as peças de barro e os seres humanos, mas a percepção de Cipriano sobre esse fato muda ao longo da narrativa. Sendo tratadas como coisas, as pessoas perdem a dignidade humana, aquela que torna a pessoa um fim em si mesma, e passam a ser dispensáveis a partir do momento em que deixam de ser úteis ao capital. Em diálogo com o chefe de departamento do Centro, Cipriano Algor é surpreendido com tal revelação:

[...] como tudo na vida, o que deixou de ter serventia deita-se fora, Incluindo as pessoas, Exactamente, incluindo as pessoas, eu próprio serei atirado fora quando já não servir, O senhor é um chefe, Sou um chefe, de facto, mas só para aqueles que estão abaixo de mim, acima há outros juízes, O Centro não é um tribunal, Engana-se, é um tribunal, e não conheço outro mais implacável. (SARAMAGO, 2017)

A fala do chefe explica bem o porquê de estarmos falando de uma violência objetiva sistêmica: não é a violência do patrão contra o empregado, mas sim de um sistema no qual o agente é despersonalizado. As ações podem ser executadas por pessoas, porém, são ações originadas em uma estrutura capitalista com fins de manutenção do capitalismo. Os donos dos meios de produção raramente estão em contato direto com os trabalhadores da base e o fazem por meio de “chefes” que também fazem parte da máquina de moer gente.

Por outro lado, Cipriano não consegue identificar que é vítima de uma violência pois lhe é dito que é ele próprio o culpado pela ação do Centro, e ele aceita tal imputação: “como todos os imersos nessa conjuntura que exalta a responsabilidade individual, é levado a imputar a si mesmo, e não à ordem social, o desemprego e o fracasso econômico, com a pretensa justificativa de fabricar coisas que o tempo e o gosto já não comportam” (FERREIRA, 2014, p. 183).

3 “De um lado, o termo denota uma condição induzida por transformações econômicas, como a introdução de ‘formas de organização mais planas, estreitas, mais centralizadas e mais flexíveis’ (Jessop 2002, 100) e a redução de uma gama de redes de segurança como provisões de bem-estar social e direitos trabalhistas, por estados neoliberais (Standing 2011). De outro lado, é dito que a precariedade captura uma gama de experiências engendradas por essas medidas. Essas incluem fenômenos como a falta de uma ‘identidade segura ou noção de desenvolvimento alcançados pelo trabalho e estilo de vida (Standing 2011, 16), combinado com uma noção de que condições existentes ‘ameaçam a vida de formas que parecem estar fora do controle das pessoas’ (Butler 2009, i)”. (Tradução nossa)

Todo esse mecanismo capitalista requer o que Marx denominou de “exército industrial de reserva”. Peter Singer aponta que, nos tempos atuais, o exército de reserva é composto mais por trabalhadores terciários do que industriais (SINGER, 1999, p. 13). Contudo, Tyner diferencia exército de reserva de população redundante, afirmando que esta é composta por pessoas que não possuem qualquer serventia para o capital, de tal modo que podem ser facilmente descartadas. Segundo Zigmunt Bauman (2005, p. 20), “o destino dos desempregados, do ‘exército de reserva da mão-de-obra’, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugio é o depósito de dejetos, o monte de lixo”.

Se analisarmos que o tratamento que o Centro dá às peças de barro é o mesmo que dá às pessoas que as produzem, vemos que estas são tão descartáveis quanto aquelas, que o seu destino, portanto, pode ser o mesmo: o lixo.

[...] perguntava-se se valeria a pena estar aqui a passar por esta vergonha, ser tratado como um inhenho, um coisa-nenhuma, e ainda por cima ter de reconhecer que a razão está do lado deles, que para o Centro não têm importância uns toscos pratos de barro vidrado ou uns ridículos bonecos a fingir de enfermeiras, esquimós e assírios de barbas, nenhuma importância, nada, zero, É isto o que somos para eles, zero. (SARAMAGO, 2017)

Por isso é tão significativo o destino que Cipriano dá às peças recusadas, ao enterrá-las como seria feito com humanos falecidos. O direito à vida, talvez o mais precioso e antigo direito natural, está nas mãos de um sistema econômico que decide quem vive e quem morre.

Necropolítica/Necrocapitalismo

Necropolítica é um conceito elaborado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe e consiste na ideia de que “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5). Essa expressão é materializada através de um processo de diferenciação e exclusão de populações vistas como inúteis para determinado sistema. No caso de um sistema capitalista, as pessoas são vistas apenas como trabalhadores e, segundo Marx, “aí, ele tem existência (*Dasein*) não enquanto homem, mas enquanto trabalhador, podendo deixar-se enterrar, morrer de fome etc.” (MARX, 2004, p. 91, grifo no original). Assim, as populações economicamente redundantes são colocadas em uma posição desprotegida, como afirma Tyner (2019, p. xiii): “those individuals who are deemed nonproductive or redundant, based on an economic bio-arithmetic, are disproportionately vulnerable and increasingly disallowed life to the point of premature death”.⁴

Aqui voltamos à questão do precariado e da precariedade do trabalho humano, visto que o termo “condição precária” é definido por Judith Butler como “a condição politicamente

⁴ “Aqueles indivíduos que são considerados não produtivos ou redundantes, baseado em um bioaritmética econômica, estão desproporcionalmente vulneráveis e cada vez mais desautorizados a viver ao ponto de vida prematura” (Tradução nossa)

induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (BUTLER, 2015, p. 46), afirmando, ainda, que “a condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção” (BUTLER, 2015, p. 46-47) . Estamos, portanto, em um terreno no qual vulnerabilidade e morte contornam os sujeitos que são excluídos pelo sistema capitalista. Esses sujeitos podem adquirir as mais diversas feições: pobres, imigrantes, negros, negras, LGBTQI+ etc.

Saramago, por diversas vezes, dá conta do paralelo que existe entre as peças de barro e os humanos. Em um trecho, por exemplo, escreve:

Parecem-se comigo. E talvez que uma dessas pessoas, mulher ou homem, velha ou jovem, pelo gosto e talvez a vaidade de levar para casa uma representação tão fiel da imagem que de si própria tem, venha à olaria e pergunte a Cipriano Algor quanto custa aquela figura de além, e Cipriano Algor dirá que essa não está para venda, e a pessoa perguntará porquê, e ele responderá, Porque sou eu. (SARAMAGO, 2017).

Em outro momento, Marta explicita a morte das peças, e, dessa forma, a morte das pessoas: “temos a casa, poderemos vir quando quisermos, Sim, temos a casa, uma casa com vista para o cemitério, Que cemitério, A olaria, o forno, as pranchas de secagem, a parga da lenha, o que era e já deixou de ser, quer maior cemitério do que esse, perguntou Marta, à beira das lágrimas” (SARAMAGO, 2017).

Michel Foucault explica que, se por um tempo, o soberano tinha o poder de fazer morrer e deixar viver, hoje ele possui o direito de fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 1999). A escolha de quais grupos sofrerão cada destino estaria baseada em um argumento higienista: “a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 1999, p. 305). Um desses critérios pode ser, sem dúvida, social. O capitalismo não sobreviveria sem a pobreza, mas de tempos em tempos requer a “limpeza” dos redundantes.

Essa “limpeza” pode-se dar através da violência subjetiva, como é o caso da violência policial, mas também de formas objetivas, como o sistema de saúde. As escolhas de alocação de recursos na saúde pública refletem que, como James A. Tyner afirma, “health-care rationing exists as a neoliberal biopolitical practice and exhibits the market logics of letting die”⁵ (TYNER, 2016, p. 153).

5 “Racionamento de cuidados de saúde existe como uma prática biopolítica neoliberal e exibe a lógica de mercado de deixar morrer” (Tradução nossa)

A Covid-19

As teorias que versam sobre o necrocapitalismo encontram correspondência prática na pandemia da Covid-19. As desigualdades sociais foram postas em evidência e os números revelam que existe, sim, uma escolha política sobre quem vive e quem morre. Contudo, entendemos que reduzir vidas a estatísticas desviaria o trabalho de nosso propósito. Enquanto este parágrafo é escrito, mais de vinte mil pessoas já perderam suas vidas pela Covid-19 no Brasil. Esse levantamento oficial não traduz o impacto humano que isso tem, sequer reflete os números reais, visto que a subnotificação é fato reconhecido. Mais do que quantos morrem, queremos abordar quem morre e por que são “escolhidos”.

Primeiramente, propomos a reflexão sobre quem são os mais vulneráveis em uma situação de pandemia. Os mais expostos seriam aqueles que não podem deixar de trabalhar, seja para sustento próprio ou de suas famílias, que não podem praticar o isolamento dentro de suas residências, visto a ausência de múltiplos cômodos, e que necessitam utilizar serviços públicos. Alysso Mascaro sintetiza esses fatores da seguinte forma: “o flagelo do desemprego, as habitações precárias para suportar quarentenas, as contaminações em transportes públicos lotados e a fragilidade do sistema de saúde são, exata e necessariamente, condições históricas de um modo de produção específico, o capitalismo” (MASCARO, 2020).

As escolhas em situação de pandemia não são modificadas, apenas se tornam mais latentes. Se alguma pessoa já era considerada redundante em um mundo sem doença (relutamos em utilizar o termo “saudável”), agora ela é descartada sem receios:

O vasto exército de trabalhadores uberizados ou em outras formas de trabalho precário está sendo dispensado sem nenhum meio visível de apoio [...] Esta “nova classe trabalhadora” está na vanguarda e suporta o peso de ser a força de trabalho que corre maior risco de contrair o vírus através de seus empregos ou de ser demitida injustamente por causa da retração econômica imposta pelo vírus” (HARVEY, 2020, p. 20-21)

Ferreira afirma que, através dos Algores, “Saramago sugere que o isolamento e o desenraizamento são consequência de um mundo cujos valores são ditados pelo lucro e no qual o ser humano que não engendra lucros se vê degradado à condição de supérfluo” (FERREIRA, 2014, p. 184). Ainda argumenta que “é desse isolamento que nasce sua fragilidade, pois o isolamento neutraliza a capacidade de agir, impede a formação de uma esfera política, onde atue em conjunto com outros seres para a realização de um interesse comum” (FERREIRA, 2014, p. 184). Assim, embora o isolamento social seja a única alternativa realmente eficaz no combate à pandemia que enfrentamos, há que se reconhecer que ele impede a reivindicação de condições dignas de sobrevivência pelos mais vulneráveis.

O direito que expõe mais a desigualdade entre os ricos e os pobres neste momento é o direito à saúde. A mercantilização da saúde não é novidade no sistema capitalista, visto que,

“se tudo é mercadoria, a saúde não consegue deixar de ser capturada por tal determinação” (MASCARO, 2020). Contudo, a disseminação do vírus colocou em evidência a contradição envolvida nesse sistema. Para Alain Bihr:

Ao confinar cada um nas suas próprias casas e, conseqüentemente, ao restringir a sua liberdade de circulação, bem como todas as liberdades públicas em geral, estas autoridades reconhecem implicitamente que a saúde é, acima de tudo, um bem público que precisa de ser preservado como tal. (BIHR, 2020, p. 27)

Vemos que o que tem ocorrido é a não ostentação da morte. Temos números, mas raramente sabemos o nome das pessoas “comuns” que morrem. Sabemos o nome dos famosos, dos ricos, dos “relevantes” ao sistema, nunca o dos pobres, “redundantes”. Cipriano Algor repara algo similar no Centro: “Quem te ouvir acreditará que no Centro ninguém morre, Morre-se, evidentemente, mas a morte nota-se menos” (SARAMAGO, 2017).

Mbembe afirma que, “de acordo com Marx, com o advento do comunismo e a abolição das relações de troca, as coisas aparecerão como elas realmente são; o ‘real’ se apresentará tal como ele é verdadeiramente, e a distinção entre sujeito e objeto ou entre o ser e a consciência será superada” (MBEMBE, 2018, p. 24). Quando Cipriano encara a caverna e se reconhece nos mortos, adquire uma nova consciência, ou, quem sabe, apenas aceita a que já teria, vê o “real” platônico e decide partir para um novo lugar a fim de recomeçar a vida longe do Centro.

Conclusões

A crise causada pela Covid-19 não criou um novo sistema, apenas reforçou algo que já era praticado anteriormente. A violência praticada pelo capitalismo através da mercantilização de direitos fundamentais atinge um nível que ainda não pode ser auferido como ápice. Não sabemos se a crise vivida por Cipriano nos momentos finais de *A Caverna* e sua decisão de não permitir que seu destino fosse o mesmo das pessoas que viu na caverna serão similares ao que veremos nos próximos meses ou anos.

As diversas crises pelas quais o capitalismo já passou dão conta de que este é um sistema capaz de se reinventar e se fortalecer. Não podemos presumir que a Covid-19 irá abalar as estruturas do capitalismo a ponto de criar esse novo sistema. Não há nenhum indício de que isso está ocorrendo ou irá ocorrer.

O que podemos esperar, no entanto, é que a situação pela qual passamos irá levar os habitantes das cavernas às luzes, à rua. As sutilezas do necrocapitalismo tornam-se mais evidentes com a pandemia. Talvez as pessoas, assim como Cipriano, precisem descer às cavernas a fim de ver o que já está diante delas.

Referências

AGUILERA, Fernando Gómez (org.). **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BALIBAR, Étienne. **Violence and Civility: On the Limits of Political Philosophy**. New York: Columbia University Press, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BIHR, Alain. França: pela socialização do aparato de saúde. *In*: DAVIS, Mike; ZIZEK, Slavoj; BADIOU, Alain; HARVEY, David; BIHR, Alain; ZIBECHI, Raúl. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FERREIRA, Sandra. **Da estátua à pedra: percursos figurativos de José Saramago**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.